



JORNAL DE DEBATES

SÃO PAULO, 19 de Julho de 1974 — ANO XXIX — nº 2 — Cr\$ 3,00

Circula (via aérea) em MANAUS, ALTAMIRA, RIO BRANCO, SANTARÉM, MACAPÁ E BOA VISTA ao preço de Cr\$ 4,40

Os intestinos da política realista do petróleo Três hipóteses que os põem à mostra

EVALDO DINIZ:

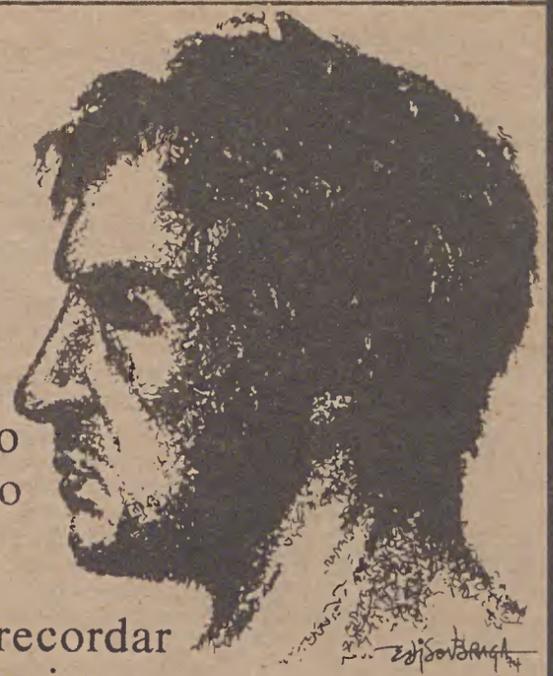


Dificilmente o peronismo ortodoxo conseguiria manter a aparente unidade do movimento. Os próximos passos da Argentina poderão conduzir ao surgimento de um Vietnam na América do Sul.

LIMEIRA TEJO:

A sorte do País — que sempre dependeu da inteligência, da sabedoria, do espírito público de todos os cidadãos — foi colocada nos pés de uma dúzia de bons-de-bola

No sesquicentenário da Confederação do Equador — que este mês se comemora — recordar Frei Caneca é reviver uma das grandes lições do passado.



CLÓVIS MOURA:

Um dia, se encerrará a era de Pelé. Então a inteligência comandará os destinos da nação.

Mister Jackal, incógnito no Brasil, procura uma tábua de salvação

Nova depressão mundial está batendo à porta

PARA ALGUMA COISA O FIASCO SERVIU

Tendo conquistado o título de tricampeão mundial de futebol, ficando definitivamente com a Taça Jules Rimet — motivo de uma guerra que se prolongou por quatro décadas — O Brasil partiu, este ano, para uma nova vitória em gramados estrangeiros. Fê-lo, porém, sem qualquer dose de humildade, petulantemente certo de que — mais uma vez — o triunfo lhe sorriria.

Foram gastos rios de dinheiro na formação e preparação do selecionado, enquanto — ao mesmo tempo — os meios de comunicação de massa eram mobilizados para condicionar emocionalmente o povo. As coisas foram postas em tais termos de exageração patriótica que se criou — na mente coletiva — a idéia de que, quando entrassem em campo, os jogadores não iriam apenas participar de uma disputa esportiva, mas lutar pelo próprio destino da nacionalidade.

A sorte do País inteiro — que sempre dependeu da inteligência, da sabedoria, do espírito público e da capacidade de trabalho de todos os cidadãos — foi colocada nos pés de uma dúzia de bons-de-bola: heróis musculares que nada produzem, nem mesmo mais a diversão que deviam proporcionar. Os seus espetáculos, realmente, se tornaram em simples pretexto para o parasitismo dos cartolas, marmeladas pagandísticas, trambiques fiscais de patrocinadores dos mais custosos e desnecessários programas promocionais na televisão. Nunca se viu tão poucos forrarem as tripas com a mistificação de tantos.

Trabalhada para contar com um triunfo certo, a nação parou em todos os jogos do Brasil. Até o Banco Central — uma das agências administrativas de cuja permanência funcional depende o desenvolvimento econômico e a saúde financeira do País — expediu circular determinando a paralização dos estabelecimentos de crédito por toda a tarde da nossa decisiva partida com a Holanda. Como saímos perdendo e fomos desclassificados para o embate final, aconteceu o absurdo de decretarmos feriado nacional em comemoração de uma derrota.

Como o Produto Interno Bruto é de 200 milhões de cruzeiros por dia útil, o prejuízo do País — durante os sete jogos do Brasil — atingiu a UM BILHÃO E QUATROCENTOS MILHÕES. E, além dessa perda por cessação de atividade, tivemos a causada por um tremendo esbanjamento. Os gastos com a estada da seleção na Europa foram superiores aos de todas as outras delegações juntas. Nem um magnata árabe do petróleo — que, nas suas visitas a Paris, ocupa dois andares do Plaza Athénée — dispense tanto com a sua hospedagem e a do seu séquito.

Antes, nos meses de concentração para treinamento e escalção, as despesas foram de 150.000 cruzeiros diários — o que quer dizer que, com a seleção ainda no Brasil, jogamos pela janela cerca do correspondente a um

milhão de dólares. Se juntarmos tudo — o prejuízo causado pela atividade cessante o dispêndio com o selecionado propriamente dito, o alto custo do televisionamento via satélite e o produto da venda de espaço pelos veículos de transmissão — pode-se afirmar, sem incorrer em exagero, que a conquista de um modesto 4º lugar no recém-encerrado campeonato mundial de futebol representou um sacrifício equivalente a mais de 20% do Produto Interno Bruto.

E ainda há a considerar a **importação invisível**, realizada por três mil brasileiros que daqui se deslocaram para assistirem, na Alemanha, a vitória certa do Brasil. Com as atuais restrições monetárias ao turismo externo, onde e como os excursionistas obtiveram dinheiro estrangeiro? De qualquer forma — adquirindo-o no câmbio negro, ou se valendo de alguma concessão especial das autoridades financeiras — os itinerantes torcedores demonstraram que o futebol os tornou irresponsáveis. Por motivo fútil, viajaram ao estrangeiro — muitos sem condições reais para tal — numa hora em que a obrigação de cada brasileiro é a de calcular a quota máxima do sacrifício pessoal que tem de fazer. A inflação, artificialmente comprimida durante muito tempo, agora tem de ser combatida realisticamente. Isso quer dizer que não podemos mais alimentar ilusões, nem mesmo — com certeza principalmente — a de sermos, perpetuamente, o maior dos bons-de-bola do mundo.

Somos uma nação pobre metida a rica. Gastamos uma **fábula** com a nossa participação num campeonato mundial de futebol, como se — numa competição esportiva — o dinheiro fosse um decisivo fator de vitória e a ostentação uma maneira de mover guerra-de-nervos aos adversários. Mas, apesar do seu elevadíssimo custo, para alguma coisa serviu o fiasco da seleção brasileira. Em primeiro lugar, como o País não desapareceu do mapa depois da derrota do seu time representativo, é de se crer que — de agora em diante — deixe-se de pensar que a honra nacional depende de um bem sucedido chute em gol. Em segundo lugar, obrigando o fracasso a exames de consciência, é possível que o governo se sinta no dever de acabar, de vez, com a podridão desse nosso reino da Dinamarca e faça o povo ver — impedindo a realização de campanhas publicitárias mistificadoras — a sem razão de se alucinar de quatro em quatro anos.

O nosso povo é, realmente, **louco por futebol**. Ninguém, em sã consciência social, poderá exigir que seja entupida essa fonte de emoções coletivas. O que não se pode admitir é que sindicatos de parasitas levem os brasileiros a considerar a vitória num campeonato mundial como a glória máxima a que deve aspirar a nação.

Limeira Tejo

IRRACIONALIDADE EXPORTADORA

Localizado na periferia de um sistema mundial de trocas, o Brasil foi basicamente — por muito tempo — um fornecedor de matérias-primas e um importador de bens acabados. Ultimamente, demos para exportar manufaturados que, no entanto — na sua maioria — não podem ser classificados como tais: chapéus de palha e esteiras do Nordeste. Além disso, está incluída na lista uma série de produtos semi-elaborados ou meramente beneficiados.

As verdadeiras máquinas e peças que exportamos — à parte pequenos embarques para países que, na América Latina e na África, ainda não atravessaram os batentes da era industrial — vão preencher alguns vácuos nos avançados sistemas de produção que já estão se despreocupando da fabricação de bens com baixa ou média tecnologia. Ainda assim, o sucesso é devido aos nossos baixos preços — artificialmente minimizados por toda sorte de subsídios e incentivos — sendo modesto, porém, esse êxito. Não temos, ainda, condições para apresentarmos os nossos produtos com um padrão definitivo de qualidade, de modo que estamos longe de realizar uma penetração efetiva, com os nossos manufaturados, nos mercados externos.

De outra parte, a menos que parta-

mos para a modernização do nosso parque fabril, a exportação de manufaturados só beneficia pequenos grupos de intermediários e tira ao povo — pelo fato de dispensar esses grupos do pagamento de uma série de impostos — recursos que poderiam ser aplicados para o seu bem.

E como os capitais estrangeiros estão concentrados nas indústrias de transformação, os lucros obtidos — para cuja formação contribui, em grande parte, a isenção de tributos sobre os produtos embarcados para o estrangeiro — acontece, então, que quanto mais vendermos nos mercados externos mais proveitos remetem as organizações de fora para os seus países de origem.

Não somos contra uma política de exportação. Não concordamos é que vendamos irracionalmente ao estrangeiro, sem base numa análise de correlações das trocas internas e sem ligar para o fato — só para fazermos bonito — que o dólar produzido por embarques subsidiados ou incentivados nos sai por um preço três vezes superior ao estabelecido oficialmente. Depois fornecendo ao exterior o que faz falta ao consumo doméstico, estamos simplesmente provocando a carência e o encarecimento de bens essenciais e dando trabalho ao governo para conter os especuladores.

PROPAGANDA CONTRA-PROPAGANDISTA

Envergonhados do atraso do País, da mestiçagem da sua população e da sua pouca importância no concerto mundial — sem coragem e, mesmo, sem interesse na modificação de situações que nos vexam — temos vivido provincianamente preocupados com a criação, para uso interno, de uma boa imagem externa. E isso a ponto de acharmos que, com um simples chute do rei do futebol, faremos a Europa se curvar ante o Brasil.

Em princípio, ninguém pode ser contra a divulgação do País no estrangeiro. Jamais, porém, poderemos forçar à aceitação de uma boa imagem do Brasil no exterior por meio de publicidade que se torna em verdadeira contra-propaganda. Temos de classificar os leitores que queremos atingir, de vez que a isca para apanhar o turista — por exemplo — não é a mesma que o investidor está disposto a morder. Depois, há o problema da redação da matéria, que deve ser feita por quem conheça bem o Brasil e

saiba escrever para um público estranho.

O jornalista nativo, se não adquiriu a necessária experiência trabalhando no estrangeiro, não tem condições para estabelecer uma boa comunicação com o leitor inglês, norteamericano, alemão ou japonês. Por outro lado, quando é um estrangeiro que escreve a nosso respeito por encomenda — como os que são convidados a nos visitar — nada entende do Brasil.

De qualquer forma, perderemos sempre o latim na tentativa de vender uma imagem ufanista do Brasil no exterior, se o fizermos por meio das chamadas matérias pagas, com o seu custo ostensivamente posto à mostra por ampla inserção de anúncios de favor. Mesmo utilizando historiadores balcânicos, sociólogos australianos ou economistas baianos, jamais chamaremos a atenção estrangeira para as nossas coisas, a não ser daqueles que já têm interesses no País. E estes não precisam ser convencidos de nada.

JORNAL DE DEBATES

Diretor: LIMEIRA TEJO
Secretário: Paulino Rolim de Moura
Sucursal do Rio (GB) Diretor: EVALDO DINIZ
Luiz Josal — Joatan Vilela Berbel

Rua Sen Dantas, 19 — conj. 406 Tel: 242-3844

Gerente: Severino Souto Maior
Arte: Edison Braga
Diagramação: José Carlos Castanho
Herminio Comis Filho

Clóvis Moura, Osvaldo Donadio, Tito Batini,
Pascoal Melantônio, Mônica Schmidt, E.
Tavares.

Redação e Administração:

Avenida São João, 239 — 7º andar
Fone: 228-4663 — SÃO PAULO

Impressão: DIÁRIO DO GRANDE ABC S/A
Rua Catequese, 562 — Santo André — SP

Distribuição nacional: Abril S/A — Cultural e Industrial
Rua Emilio Goeldi, 575 — São Paulo

Argentina um Vietnã na AL

Evaldo Diniz

Um dos dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), dizia-me no ano passado, que a morte física de Juan Perón seria muito prejudicial aos argentinos, se ocorresse nos próximos três anos. Sua expressão, num velho café da avenida Corrientes, foi exatamente essa: "Aqui na Argentina, tínhamos um cantor de tangos que cantava muito bem, mas que depois de morto passou a cantar muito melhor". Referia-se a Carlos Gardel. Sua tese era a de que Perón, antes da morte física, deveria morrer politicamente, em pleno cumprimento do mandato presidencial: seria a única forma de setores da classe operária argentina perceberem em o equívoco de continuar apoiando idéias neofascistas, contrárias aos interesses nacionais e dos trabalhadores, e a evitar a guerra civil.

Explicava-me que a morte de Perón "antes do peronismo esgotar todas suas fórmulas mágicas", levaria o Poder a uma guinada direitista, dados os compromissos de Maria Estela Martínez — Isabelita — com as formações neofascistas. Não que ela tenha absorvido a ideologia do fascismo, mas porque vive sob os fluidos de José Lopez Rega, seu antigo empresário no cabaré Happyland e que por diversas vezes, publicamente, fez apologia do sistema hitlerista. Em tal situação, dificilmente o peronismo ortodoxo conseguiria manter a aparente unidade do movimento, sendo que o mais provável seria o desencadeamento de uma cruel repressão contra o peronismo de base, ou esquerda peronista. De certa forma, a análise histórica do peronismo indica que tal hipótese é bastante viável.

O peronismo revolucionário

As origens políticas do peronismo estão na União Cívica Radical, que na década de 30 agrupava empresários nacionais insatisfeitos com as pressões dos grupos internacionais e de jovens intelectuais civis e militares. Foi na UCR que se formou a FORJA (Força de Orientação Radical da Jovem Argentina), "que continuaria num plano mais elevado e maduro a tradição revolucionária pequeno-burguesa do radicalismo; seus atos e suas idéias contribuíram para criar as condições ideológicas que propiciaram o surgimento do peronismo, em 1945", diz o historiador Jorge Abelardo Ramos.

A Revolução Industrial na Argentina tem sua arrancada, como diria W.W. Rostow, a partir de 1932. Até lá, desde o início do século, o projeto econômico dominante estava sustentado claramente na aliança dos criadores de gado com a Inglaterra. Além disso, a Grã-Bretanha, como principal país importador das matérias-primas argentinas, com uma política caracterizadamente imperialista, procurava tirar o máximo proveito e sua condição de credora e associada aos lestancieros. O Pacto Roca-Runciman foi um reflexo de tal situação. Por ele, assinado em 1933, os ingleses se comprometiam a manter os níveis de importação da carne esfriada (chilled), desde que a Argentina assumisse as seguintes obrigações:

- 1 — que 85% das licenças de importação da carne deveriam ser distribuídas pelo governo britânico (só 15% sob a distribuição do governo argentino)
- 2 — manter livres de direitos o carvão e outras mercadorias importadas.
- 3 — respeito às importações de produtos ingleses.

O Pacto Roca-Runciman foi o principal responsável pelo aguçamento das contradições entre os setores nacionalistas e associados do empresariado nacional. A União dos Industriais Argentinos (UIA) viu nele uma forma de sufocar a nascente indústria nacional. Por diversas vezes trabalhadores e empresários participavam do mesmo comício de protesto à dominação inglesa. E foi neste clima que surgiu a FORJA, integrada também por oficiais do Exército (dentre eles o tenente Juan Perón), que já em 1935 divulgava um manifesto nestes termos:

"Somos uma Argentina colonial: queremos ser uma Argentina livre. O processo histórico argentino em particular e o latino-americano em geral revelam a existência de uma luta permanente do povo em busca de sua soberania popular, para a realização dos fins emancipadores da revolução americana,

contra as oligarquias como agentes dos imperialismos em sua penetração econômica, política e cultural, que se opõem ao total cumprimento do destino da América".

Eles se propunham ao regresso às fontes originais do velho nacionalismo irogoyenista, fato que resulta da nova etapa de crescimento, durante a qual ascendem novas classes econômicas, sem poder político, propugnando um reajustamento na aliança das classes proprietárias. E a industrialização por substituição alcança as indústrias têxteis, metalúrgicas, produtos alimentícios e bebidas, numa infraestrutura econômica nacional, onde eram obedecidos, entretanto, os privilégios dos proprietários rurais.

Até 1943 a luta na Argentina era a de defesa do empresariado nacional, sufocado pelo capital estrangeiro associado às oligarquias rurais, como na época a contradição fundamental e nacional era com o imperialismo (primeiro inglês e depois norte-americano), a tendência foi a de unir todos os setores descontentes. Desta forma pode-se afirmar que o peronismo é um movimento saído da ideologia burguesa e que na época à conciliação de classes. A burguesia nacional, como stratus social tinha pouca representação numérica. Em sua luta antimperialista recorreu à classe trabalhadora, realmente o grande exército de agitação e de enfrentamento com as forças oligárquicas.

A política paternalista

Identificado desde o início como um movimento de tendências fascistas, o peronismo sofreu grandes pressões internacionais. A 1º de novembro de 1943, no governo do general Edelmiro Farrell (Perón era seu vice-presidente e acumulava mais dois ministérios), os Estados Unidos iniciaram o bloqueio econômico contra a Argentina, através de orientação punitiva do Federal Reserve Bank. Dois meses depois os argentinos rompiam com a Alemanha nazista, numa desesperada tentativa de furar o bloqueio norte-americano. Em julho de 1944, o presidente Roosevelt pediu a Churchill que a Inglaterra iniciasse também o bloqueio econômico. Mas o Reino Unido não acompanhou a posição dos Estados Unidos, porque importava da Argentina 40% da carne que consumia "e não podemos perder essa fonte de aprovisionamento".

A União Soviética também detectava em Perón uma nova ameaça fascista.

Edward Stettinius Jr., em "Roosevelt e os rusos", conta que na Conferência de Yalta, Stalin declarou que a Argentina deveria ser castigada por não cooperar com os aliados. E em seu manifesto de 21 de outubro de 1945, depois que milhões de trabalhadores resgataram Perón da Ilha de Martim Garcia, o PCA distribuía esta declaração: "Hoje a nação em seu conjunto tem clara consciência do perigo que entraña o peronismo e sabe que deve acabar com ele. Nossos camaradas devem organizar-se para a luta contra o peronismo, até o seu aniquilamento, porque Perón é o inimigo número 1 dos argentinos". É evidente que hoje PCA já não pensa isso de Perón, pois sua atitude está coerente com as resoluções do XX Congresso do PCURSS, de 1956, quando se optou pela chamada "coexistência pacífica".

E por que depois de 18 anos de pressões militares os trabalhadores argentinos se mantiveram fiéis ao peronismo? Da mesma forma que o getulismo criou a legislação trabalhista e utilizou a política paternalista (peleguista) de algumas bonificações à classe operária, a fim de contar com um apoio de massa, o peronismo além dos mesmos expedientes promoveu alguns pelegos sindicais a administradores públicos. Acresce-se aí o desastre dos governos militares a partir de 1955, que através de uma política antinflacionária e desumana, proletarizaram a classe média e tornaram sufocante a vida do assalariado. Tomados pelo "dedo importado" da Guerra Fria, eles, os militares, alinharam-se acintosamente aos interesses econômicos dos Estados Unidos (participaram do bloqueio norte-americano a Cuba), reprimindo todas as formas de manifestações nacionalistas, gerando no povo um sentimento de "saúde do passado" cada vez mais acentuado, até que surgiram os diversos cordobazzos.



Durante sua luta contra o regime militar, o peronismo realmente assumiu uma postura revolucionária. Tratava-se de fazer retornar ao país as legislações que garantissem o livre exercício das liberdades democráticas, sem as quais uma nação fica embrutecida, retrograda e estúpida. Daí a união momentânea de todos os argentinos em torno do projeto de Juan Perón. Mas se delineava desde o início que tal aliança obedecia a simples aspectos táticos, inseridos na realidade do momento. E a previsão de que o peronismo com o tempo se esfacelaria, começa a se confirmar.

Na verdade o "Pacto Social" assinado sob inspiração de Perón ainda no governo de Hector Campora, não podia agasalhar todas as tendências antagônicas. Nem os empresários e nem os operários poderiam mantê-lo por muito tempo, pressionados que ficaram pela inflação mundial que inevitavelmente teve sérios reflexos no país.

E o certo é que o peronismo já não era mais um movimento homogêneo e combativo, começando a perder substâncias em suas próprias bases. No penúltimo número da revista "De Frente", dos "descamisados" (guerrilheiros que "fecham" com os Montoneros), diz-se claramente que "o fracasso das manifestações de 1º de maio foi a resposta do peronismo de base (as guerrilhas) à atual política governamental".

"Os que forjaram os 18 anos de resistência ao grito de Perón ou Morte, sem outras possibilidades imediatas senão o cárcere, as perseguições e a eliminação sem perder a fé durante as situações mais desfavoráveis, não podem ser acusados de apressados. Essa consciência, formada na luta, fez com que o peronismo de base, os verdadeiros peronistas, não se sentissem representados por um governo que realizava outra política que não a sua e começaram a visualizá-lo como claramente oposto" à libertação efetiva da pátria", diz o editorial da revista "De Frente".

Desta forma, ao assumir o governo a Vice-Presidente Maria Estela, a princípio eventualmente, agora em definitivo, mais uma etapa está para ser cumprida na Argentina: a ampliação do descontentamento do peronismo de base com suas lideranças, que a curto prazo entrarão em choque aberto com a burocracia sindical que controla a CGT. Do resultado deste confronto a Argentina delineará seus próximos passos que poderão conduzir perfeitamente ao surgimento de um Vietnã na América Latina.

Nova depressão Mundial está batendo à porta

As conclusões pessimistas a que chegou Geoffrey Barraclough, em trabalho publicado na *New York Review* sob o título de *A Depressão que está por vir*, fizeram rapidamente a volta ao mundo. Como se estivessem apenas esperando por um sinal de largada, numerosos comentaristas - nos Estados Unidos e na Europa - se puseram a escrever artigos alarmistas.

Descobriu-se - e até o conservador e austero *New York Times* foi na onda - que é impressionante a lista de países em processo de recessão ou estagnação, em virtude de procurarem deter um surto inflacionário com medidas de deflação. Segundo levantamentos feitos a partir das desanimadoras colocações do historiador britânico, todas as economias capitalistas - pelo menos as industrializadas - estão tentando cumprir a demanda interna a fim de aumentar a exportação.

Como o comércio externo é uma estrada de duas mãos, as soluções unilaterais de cada sistema em apuros acabarão fazendo com que desapareça o importador. Num mundo com as suas vias de troca bloqueadas, as economias nacionais - não podendo mais complementar-se livremente - partirão para a formação de blocos que só no longo prazo se transformarão nas grandes confederações mundiais. No curto - durante a longa fase de esfriamento dos estilhaços resultantes da explosão da nebulosa - viveremos, certamente, num tempo de dificuldades muito mais extensas e intensas do que em qualquer outro período de transição da história humana.

Geoffrey Barraclough poderá ser tidocomo uma Cassandra e, então, ninguém acreditará nas suas previsões. E será uma pena porque já há sinais de que a sua profecia se cumprirá. Segundo cálculos recentes, a Inglaterra terá, este ano, um déficit de 10 e meio bilhões de dólares no seu balanço comercial. O da Itália e o do Japão serão de 8 e meio e o da França 6 e meio. O dos Estados Unidos baterá um novo record. Somente a Bélgica, a Holanda e a Alemanha - esta sobretudo - acumularão divisas. Mas, segundo um relatório oficial, o Produto Interno Bruto germânico está em recuo este ano e - comparadas com as de igual período em 1973 - as importações acusam uma forte baixa neste primeiro semestre de 1974.

Mas, o que realmente se pergunta é o seguinte: a que países os deficitários poderão vender num volume e valor necessários para reequilibrarem as correntes do seu comércio externo? Os únicos realmente em condições de surgirem como grandes compradores são os produtores de petróleo do Oriente Médio. Mas estes não têm, por enquanto, maiores necessidades de importação. Dependem, no máximo, entre dez e vinte milhões de dólares com as suas aquisições no estrangeiro.

Na opinião dos peritos em permutas internacionais, os produtores do combustível mineral irão segurar este ano - e, portanto, esterilizar - ao redor de quarenta bilhões de dólares. Essa importância enrustida será empregada especulativa e improdutivamente, engrossando a massa dos capitais flutuantes. Sensíveis às seduções da diplomacia e da alta finança norte-americanas, os árabes irão aplicar a maior parte do seu dinheiro nos Estados Unidos. Meter-se-ão - como já o têm feito - em especulações a curtíssimo prazo, ou comprarão bonus do Tesouro, terrenos, edifícios e, mesmo, obras de arte.

A espiral deflacionária

Num trabalho publicado em *Le Nouvel Observateur* - semanário parisiense - Michel Bosquet analisa a situação e, afirmando que são perigosos sob qualquer aspecto, constrói o seguinte quadro

Estamos no fim de uma época que terá durado cinquenta anos: a época do neo-capitalismo. Entramos numa fase de reajustamentos radicais e, inevitavelmente, viveremos em desgraça e sofrimento. O mundo que surgirá desta crise será tão diferente do que conhecemos na década de 1960, quanto o período que está se encerrando diferiu do existente entre as duas grandes guerras. Não há solução nos quadros do atual sistema - Geoffrey Barraclough.

dos efeitos da aplicação especulativa e estéril do excessivo dinheiro árabe:

a) Tudo se passa como se o mundo capitalista industrializado estivesse pagando um tributo anual de quarenta bilhões de dólares. Esses grandes recursos financeiros - desviados do consumo e dos investimentos em países notoriamente frágeis - vão se refugiar nos economicamente mais poderosos: os Estados Unidos e, em menor escala, a Alemanha.

b) O afluxo dos petro-dólares devolverá aos Estados Unidos - apesar do seu marasmo econômico e dos seus 15% de inflação - a posição hegemônica que estavam a ponto de perder, antes da crise petrolífera.

c) Os países favorecidos por esse derrame de dinheiro - Estados Unidos e Alemanha - deverão defender-se, com uma política restritiva e deflacionária, contra os efeitos inflacionários que, forçosamente, produzirá excessivo afluxo de recursos financeiros.

d) Os sistemas deficitários (Inglaterra, Itália, Japão, França) deverão, por sua vez, adotar idêntica política de deflação e restrições, pois somente assim receberão - por meio de empréstimos concedidos pelos Estados Unidos, a Alemanha e o Fundo Monetário Internacional - uma parte, pelo menos, do dinheiro que perdem.

Assim, uma espantosa espiral deflacionária - prossegue o analista francês - aspirará para baixo o conjunto das economias capitalistas. Os governos descobrirão, sem dúvida, os expedientes técnicos para evitar que se repita a catástrofe de 1929. Mas as medidas que tomarem - quaisquer que sejam - jamais atingirão o fundo do problema. Para impedir que se forme e se expanda o redemoinho da depressão, seria preciso assegurar a reciclagem permanente dos petro-dólares; seria preciso planificar a utilização desses capitais em favor dos países do Terceiro Mundo; seria preciso instituir uma autoridade mundial para coordenar o emprego da imensa massa de recursos - entre 500 e 900 bilhões de dólares - que, daqui até 1985, os produtores do combustível mineral amassarão.

A longa crise

Todos esses seria preciso - afirma Michel Bosquet - têm, na boca dos peritos, um tom de piedosa resignação em face da derrota. Não existe a autoridade moral para impor soluções supranacionais aos nacionalismos e imperialismos rivais.

Além do mais, mesmo que essa autoridade pudesse ser encontrada, as medidas que adotasse - dentro de um planejamento mundial - não seriam suficientes para afastar uma *débacle* cujas causas são anteriores à crise petrolífera. Em virtude de o sistema funcionar na base do salve-se-quem-puder, a máquina capitalista entrou a dar estalidos sinistros nestes últimos tempos:

1- Nos Estados Unidos, a produção vem baixando a um ritmo anual de 6%, a construção de moradias diminuiu de 40% e, em um único ano, o poder de compra dos salários diminuiu de 6%.

2- Os ingleses, mais do que os italianos e os dinamarqueses, sofreram uma queda rápida do seu nível de vida, que atingiu todas as classes.

3- O movimento da Bolsa de Londres baixou 60% em dois anos, a de Paris 35% e a de Nova York 30%. A situação é tão grave, que o jornal *Sunday Times* disse que, comparativamente, o craque de 1929 foi um *pic-nic*.

4- As taxas de desconto, em todos os países industrializados, atingiram cifras sem precedentes nos últimos 35 anos. Os preços subiram 18% na França, 15% nos Estados Unidos, mais de 20% na Inglaterra e acima de 25% na Itália e no Japão.

Na opinião de Jean-Pierre Chevènement, nos encontramos no mesmo ponto de 1932 - isto é, no fundo de uma fase de debilidade econômica, prestes a encetar novamente a subida da ladeira. Mas, para Geoffrey Barraclough - como para muitos outros - nos achamos em 1924, ou seja: no começo, apenas, de um longo ciclo depressivo que só atingirá o climax por volta de 1980 e não se encerrará antes de 1996.

Quaisquer que sejam as divergências de interpretação - comenta Bosquet - existe um traço comum nos pensamentos dos que se preocupam com a questão: não é somente a gestão da economia capitalista que está em xeque, mas a sua natureza e suas próprias leis. É isso que mostra também Jean Denizet, diretor do Departamento de Estudos do Banco de Paris e dos Países Baixos, o qual - com algumas precauções quanto à forma - faz especulações com base na teoria marxista das crises. Para ele, a baixa das taxas do lucro foi que criou todos os impasses atuais. O superinvestimento, a rarefação dos chamados recursos naturais e seu encarecimento, a poluição, o gigantismo das indústrias e das cidades - tudo isso, na opinião do financista intelectual, leva a um só resultado: o custo direto e indireto das aplicações adicionais de capital tende a ultrapassar os ganhos. O rendimento do crescimento capitalista torna-se negativo. E conclui textualmente:

Será preciso que aumentemos os investimentos e trabalhemos mais para mantermos o nosso nível de vida, ou nos contentarmos com a diminuição do conforto e inaccessibilidade a muitos bens materiais. Isso pode provocar um imenso fenômeno de protesto contra um modelo econômico que exige tanto e, a cada dia que passa, dá menos em troca.

Lembra Michel Bouquet que Jean-Pierre Chevènement e Michel Rocard dizem, à sua maneira, a mesma coisa. Segundo o primeiro, estamos assistindo ao fim de uma época: a do crescimento acelerado, quando todas as derrapagens são possíveis. A sua conclusão é a de que a transformação do modelo de desenvolvimento ocidental é a condição básica da sobrevivência da espécie humana. Para o segundo, não há mais respostas reformistas para os desafios propostos pela crise atual do capitalismo. Mas é Geoffrey Barraclough que fala como um profeta antigo:

A inexorável pressão dos fatos irá impor a invenção de um outro sistema.

Passada a febre e o delírio da Copa do Mundo, quando a temperatura não permitia uma análise objetiva e lúcida do problema do futebol profissional em nosso país e das sérias distorções que vêm se verificando no seu seio em relação à realidade nacional, chegou a hora de darmos um pequeno balanço na atual situação do nosso mais popular esporte.

Dizemos isto não porque o Brasil perdeu. Pelo contrário. Ahamos, mesmo, que se os profissionais da CBD tivessem vencido, os males se prolongariam por mais tempo, pois a euforia é sempre inimiga do raciocínio. E se continuássemos como íamos, transformar-nos-íamos em uma simples futebolcracia, com estádios monumentais e hospitais deficientes, professores mal pagos e jogadores milionários.

Esta distorção está produzindo e, certamente, continuará a produzir uma defasagem cada vez mais aguda entre a realidade social brasileira e a ilusão do futebol. Ilusão na qual são gastas fortunas inteiramente em desacordo com as nossas possibilidades.

Todos nós sabemos que somos um país em desenvolvimento, ainda presa de males do atraso. É o que demonstram as estatísticas da CEPAL, e de outros organismos técnicos internacionais. Sem entrarmos na análise dos demais parâmetros que constataríamos o nosso estágio inicial de crescimento, basta que nos atenhamos a um: a renda média do brasileiro é de quatrocentos dólares anuais, a do argentino oscila na casa dos seiscentos e a do norte-americano é de quatro mil. Isto, sem destacarmos o problema da concentração da renda nacional que faz com que apenas 5% da população tenha conseguido dobrar a sua riqueza no último decênio.

Por esta simples amostra podemos ver o panorama de uma economia que ainda guarda no seu bojo os entraves sociais e econômicos vindos do nosso passado colonial, com visíveis implicações ainda na nossa vida. Esta realidade é que nos recomenda equilíbrio na divisão dos gastos pois ainda temos, em nosso território, grandes áreas pauperizadas, equiparando-se às mais atrasadas do globo. Daí não se poder ver sem apreensão crescente esta distorção afrontosa em favor do futebol profissional, quando o próprio esporte amador no Brasil ressentia-se de uma infra-estrutura capaz de transformá-lo em uma escola coletiva de educação.

Um exemplo negativo

O exemplo mais visível e gritante da disparidade entre a nossa realidade social e a euforia do futebol profissional é, sem dúvidas, o jogador Pelé.

Na sede do faturamento, lucros fáceis e promoção, o estabelecimento esportivo (composto dos chamados "cartolas", aproveitadores, aventureiros e arrivistas) tinha de organizar uma grande máquina capaz de alienar a opinião pública. Isto foi feito através de campanhas contínuas e compactas, apoiando-se, muitas vezes, em sentimentos primários ou impactos emocionais, feitas em todos os órgãos de comunicação — TV, rádio, imprensa, cartazes, flâmulas, albums de figurinhas, métodos indiretos e subliminares — a fim de se criar um ídolo que expressasse, como pessoa, a grandeza do esporte que o estabelecimento representava.

Pelé, um excelente jogador de futebol foi o escolhido. Despiram-no de todos os atributos humanos. Transformaram-no em um "Rei", com todas as virtudes da realeza, de um super-homem ou de um deus. Ficou acima do bem e do mal. As leis eram feitas para outros, não para ele. Durante anos, na mais maciça campanha publicitária de todos os tempos, Pelé era projetado em todas as dimensões. Nunca errava. Se um passe seu não chegava ao companheiro de equipe era porque o outro não se colocara convenientemente para receber a bola do "Rei". Locutores, homens de empresa, políticos, jornalistas uniram-se para tirar partido do mito, fazendo desse jogador de futebol um robô do sistema. Todos os seus atos eram projetados como exemplos.

Por seu lado, Pelé se esvaziando completamente como criatura humana.

Passou a vender tudo. O seu futebol, inicialmente. Depois, o seu sorriso para um produto, a sua lágrima para uma campanha de auxílio às crianças desamparadas, o aperto de mão a Nixon, o seu nome, o seu corpo, a sua sombra, a sua pessoa, a imagem do seu casamento, finalmente, tudo o que era possível vender. Construiu um castelo-fortaleza para distanciá-lo cada vez mais do homem comum e, ao mesmo tempo, alimentar o mito. Quanto mais ele era envolvido pelo estabelecimento esportivo mais se desumanizava. Mais se afastava de uma conduta normal, capaz de repô-lo entre os pobres mortais que o aplaudiam quase que misticamente nas arquibancadas dos estádios superlotados.

Criou-se o carisma. Daí em diante tudo foi mais fácil. Uma política milionária do esporte profissional foi montada sobre a plataforma do mito. Estádios suntuosos foram construídos em regiões sem condições de lotá-los sequer em vez por ano e onde os problemas sociais, fruto do nosso subdesenvolvimento, avultam a olho nu. De tudo isto, evidentemente, um dos beneficiários foi o próprio Pelé. Para representar a máquina tinha de ser regemente pago, não apenas pelos pontos-que dava no campo, mas pelo símbolo que representava.

Se uma firma não o pagava para usar as chuteiras que eram por ela fabricadas (como aconteceu com a indústria "Adidas") Pelé pintava as listras brancas que as caracterizavam para que ninguém soubesse a marca usada por ele. Em 1971 o faturamento de Pelé era de 300.000,00 mensais, sendo que 141.000,00 só com o futebol e os restantes entre contratos com a Shell (gasolina), Gillette (lâminas de barbear), Puma (chuteiras), Ducal (roupas), Monark (bicicletas), Ray-o-Vac (pilhas), Sparta (roupas), Dulcora (drops), Banco Industrial de Campina Grande (relações públicas) e "royalties" diversos. Muitos desses contratos já foram superados, mas Pelé os substituiu por outros muito mais vantajosos.

Mas, as vitórias em três Copas do Mundo serviram de plataforma favorável ao desenvolvimento dessa política esportiva milionária. Por isto mesmo, apesar de serem os nossos jogadores regemente pagos — conforme veremos adiante — para defenderem as nossas cores, enquanto a maioria dos europeus sente-se honrada em vestir a camisa da seleção dos seus países sem nada receber, Pelé recusou-se a participar da Copa, objetivando negócios muito mais rendosos. Não adiantava invocar a sua condição de profissional, obrigado como qualquer outro a obedecer à convocação. Ele era intocável. E os seus criadores tergiversaram e não tiveram coragem de convocá-lo! O mito custava muito caro para ser destruído de uma vez. As suas intenções, conforme a imprensa já noticiou eram outras. Queria fazer uma promoção para a Pepsi-Cola o que lhe daria uma quantia muitas vezes superior àquela que receberia como atleta.

O acordo que ele fez com a Pepsi-Cola é simplesmente astronômico. Já em março de 1972 havia sido contratado pela fábrica de refrigerantes norte-americana para difundir a sua marca recebendo (por ano) a importância de 100.000 dólares. O contrato foi renovado por mais cinco anos, pelo mesmo preço, recebendo o "Rei", adicionalmente, 2.000 dólares por viagem, além de uma participação, que não foi revelada, sobre cada caixa de refrigerante vendida em todo o mundo. Além disto, Pelé ainda fatura, segundo um dos seus assessores, 250.000 cruzeiros mensais, em outros negócios.

Isto se refletiu na conduta dos demais jogadores. Cada atleta profissional queria ser "um novo Pelé" e achava-se no direito de pedir salários mirabolantes, enquanto os clubes, desorganizados, quase falidos, passaram a contrair empréstimos de todos os tipos, parcelar dívidas no INPS, ou eleger um Mecenaz para as suas direções, a fim de satisfazer as exigências cada vez maiores dos jogadores. Uma verdadeira máquina autofágica.

Enquanto isto, a febre esportiva, sustentada por uma imprensa altamente comprometida com os interesses dos clubes e dos jogadores procurava imbecilizar a grande massa de torcedores, sustentando um lendário infantil sobre o nosso futebol, os seus craques e a sua organização. Todos faturavam com isto, viajavam para o Exterior, recebiam cachês dos clubes, aderiam ao estabelecimento esportivo, engajando-se nele oportunisticamente e passando a ser uma das suas peças mais importantes.

Por outro lado, a Loteria Esportiva criava (como ainda cria) um clima de suspense semanal, fazendo de cada apostador um angustiado que supõe poder resolver os seus problemas que se agravam semanalmente com as benesses de um prêmio que o transformará em milionário (aqui ainda funciona a imagem de Pelé!) e o elevará ao cume da pirâmide social.

Tudo isto junto produziu um clima de neurose coletiva e uma comportamento subseqüente bem diverso do verdadeiro caráter do brasileiro.

Minas de Salomão

Foi neste clima que se iniciaram os preparativos para disputarmos a última Copa.

O slogan de "o melhor futebol do mundo" penetrava cotidianamente nos lares dos torcedores que, por isto mesmo, eram dominados por uma euforia cada vez maior, acreditando piamente que o caneco, mais uma vez, seria do Brasil. Daí nasceu, em contrapartida, nos setores mais responsáveis, uma política ultra-liberal para com os organizadores da seleção. A verba de 33.000.000,00 para a sua preparação e participação mostra, muito bem, a prodigalidade excessiva para com aqueles que tinham obrigação de dar o máximo dos seus

esforços, como atletas da CBD, para defender as suas cores. A prodigalidade refletiu-se nos organizadores que, tomados de uma euforia somente justificável se tivessem descoberto as Minas de Salomão, passaram a preparar um verdadeiro séquito faraônico, ao invés de uma seleção de atletas. Nada menos de cinco preparadores físicos foram contraos, mais um técnico, dois médicos, dois massagistas e um roupeiro, todos com direito a ordenados, bichos, diárias e prêmios. As despesas com alojamento, cozinha, transportes, gratificações avolumavam-se diariamente, sem que ninguém visse como o exagero já chegava ao absurdo. Todos pensavam apenas na conquista do caneco e eleição do esbelto sr. João Havelange para a presidência da FIFA.

Para não nos alongarmos mais em comentários, vamos deixar que os próprios números falem. Nos setenta primeiros dias de concentração, no Retiro dos Padres, gastaram o seguinte:

Despesas da Seleção Brasileira em 70 dias no Retiro dos Padres:

Material	110.300,00
aluguel do Retiro dos Padres	300.000,00
Despesas no Retiro dos Padres	40.000,00
Telefone	15.000,00
Comida	70.000,00
Cozinheiro	12.000,00
Gastos c/ preparadores físicos	198.950,00
Ordenados dos jogadores	1.568.000,00
Bichos dos jogadores	337.500,00
Diárias dos jogadores	86.800,00
Gastos com Zagalo	83500,00
Aluguel de cinco motoristas	52.500,00
Massagistas e roupeiros	78.500,00

TOTAL 2.653.450,00

Outros fatos são ainda mais elucidativos. Durante o deslocamento da seleção, ainda no Brasil, (duas vezes para São Paulo e duas para Brasília) foram gastos aproximadamente Cr\$ 106.230,00 somente de passagens, não se computando uma série de despesas suplementares. O total de gastos da seleção nessas viagens foi o seguinte: quando veio a São Paulo jogar contra a Romênia: 45.380,00; em Brasília, para o jogo contra o Haiti: 82.600,00; no seu terceiro deslocamento, outra vez para São Paulo, foram gastos 41.675,00, sem computarmos a última viagem para Brasília. Mas, estes dados não expressam toda a realidade. Muitas despesas não puderam ser apuradas, como, por exemplo, as feitas com passagens para viagens particulares de jogadores e dirigentes.

Prosseguindo na forma como os homens da Comissão Técnica e demais dirigentes aplicaram a verba de que dispunham, vamos dar uma relação do que receberam os jogadores pelas vitórias (ou empates) que conquistaram. A vitória da seleção brasileira sobre a do Zaire custou 198 mil dólares, ou em nossa moeda Cr\$ 1.322.640,00. No primeiro jogo (empate sem gols contra a Iugoslávia) foram pagos 300 dólares a cada jogador (Cr\$ 2.004,00 em nossa moeda). O segundo jogo contra a Escócia, também sem gols custou a mesma coisa.

Após o Brasil ter se classificado para as quartas de finais, os jogadores passaram a ganhar 5 mil dólares por vitória, o que iria perfazer quinze mil dólares para cada um, se chegássemos a campeões, ou sejam Cr\$ 105.000,00 cruzeiros por par de pés. Desta forma, uma verdadeira apoteose de gastos e prêmios era mantida pelos dirigentes da CBD, na ilusão de que, com a conquista do caneco, tudo fosse esquecido e ficasse no melhor dos mundos possíveis.

Na base deste esquema, no luxuoso e sofisticado hotel Kromberg, de Frankfurt, a CBD ofereceu, na véspera do nosso primeiro jogo, uma recepção que parecia mais um encontro de marajás do que de atletas de futebol. Foram servidas na ocasião, doze marcas de uisque diferentes aos convidados e amigos que tiveram o privilégio de participar da reunião. Tudo isto refletia a filosofia dos dirigentes do futebol brasileiro, como o sr. Antônio do Passo, declarou eufórico: "para ganhar uma Copa do Mundo é preciso gastar dinheiro. É preciso dar todas as condições para os jogadores, prepará-los e fazer com que a Comissão Técnica tenha noção de como estão os adversários. Isto custa caro".

Mas, infelizmente para eles, a coisa não deu certo. Os jogadores brasileiros, sem motivação suficiente, sem espírito de luta, movidos apenas pela perspectiva do lucro, não tiveram êlan capaz de enfrentar e vencer equipes que, embora tendo gasto menos — o Brasil sozinho

Os magnatas da bola e os mendigos da cultura

gastou mais do que todas as outras seleções participantes juntas — tinham vontade de vencer. Os 33.000.000,00 foram por água abaixo. E o torcedor brasileiro que até então vivia iludido, começou a pensar naquela frase de Salomão Reinach: "não se faz a história com mitos, da mesma forma que não se faz o pão com o pólen das flores..."

O outro lado da moeda

Enquanto no campo do esporte profissional (especialmente futebol) a euforia magnetiza multidões para o Brasil trazer o caneco, os componentes da nossa inteligência enfrentam uma série de problemas cruciais para que a nossa cultura sobreviva. Sem falarmos, agora, no êxodo de técnicos e professores para outros países, em razão da falta de recurso para pesquisas ou condições profissionais condignas — pois as universidades brasileiras têm verbas exíguas e problemáticas para serem aplicadas — vamos tecer comentários sobre a situação em que se encontra a nossa intelectualidade.

Sem terem o incentivo de uma Copa do Mundo, os técnicos, cientistas e escritores nacionais vivem praticamente desamparados, sem muita perspectiva de ver, a curto prazo, esta situação melhorada. No setor educacional, por exemplo, um professor afirmou que "a Universidade caiu ao nível do secundário, o secundário baixa ao nível do primeiro; o primário se transforma em Mobral". Quando se afastou da presidência do Conselho Federal de Cultura, o professor Artur César Ferreira Reis teve oportunidade de traçar um quadro realístico, e, ao mesmo tempo sombrio, das condições em que a entidade da qual se afastava tinha de atuar.

Mas, não é apenas o achatamento do nível do ensino ou da falta de recursos que levou à crise, como o Conselho Federal de Cultura caracterizou. As atividades culturais no Brasil vêm paulatinamente se esvaziando. Revistas de culturas fecham, não restando praticamente mais nenhuma. Editoras tradicionais deixam de publicar ou requerem concordatas. Os jornais desinteressados, destinam cada vez menos espaço para temas culturais. O livro é desamparado, motivo que o torna proibitivo em consequência das pequenas tiragens.

Embora o ensino universitário tenha atingido (mercê do achatamento do seu nível) a um milhão de matrículas no momento, isto se deve a uma "indústria" de vestibulares nos quais os alunos apenas assinalam com "cruzes" aquilo que o palpite insinua, para poderem passar. No magistério a crise se reflete através de um ceticismo que decorre da falta de perspectiva e horizonte do professor de carreira, com remuneração irrisória e mesmo ridícula, fato que impede o seu aperfeiçoamento profissional com implicações convergentes no nível do que ela ensina.

O exemplo da disparidade de tratamento entre o esporte profissional e a cultura é o hospital da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está em construção há quatro décadas, não se sabendo se será inaugurado este ano. Outro detalhe estorcedor: a maioria dos professores da área de Ciências Humanas recebe, em média, Cr\$ 1.652,00.

O trabalho científico é desencorajado, conforme já comentou no próprio JD o articulista Evaldo Diniz. Citou o caso concreto do Instituto Agrônomo de Campinas, conhecido internacionalmente que, segundo ele foi reduzido a "mera fachada". Entre 1961 e 1972 esse prestigioso organismo perdeu 51 dos seus 69 técnicos em virtude de baixa remuneração e falta de estabilidade profissional.

Tudo isto somado — sem abordarmos outros setores da nossa cultura, como o cinema e o teatro que passam por aguda crise — leva a que a evasão de técnicos, cientistas e artistas seja cada vez maior. Poderemos dizer mesmo, que o Brasil conta com uma verdadeira seleção de técnicos, educadores, economistas, físicos, sociólogos, biólogos e psicólogos que, nas diversas universidades da América ou da Europa pesquisam, escrevem, ensinam e criam, difundindo os seus conhecimentos a milhares de jovens.

Quando passar a "era de Pelé" e os valores culturais forem recolocados onde devem, dentro de uma perspectiva humanista da ciência e das artes, iremos ver o trabalho desses homens no Exterior, mareando com a sua atuação fecunda e a sua presença a afirmação do Brasil no cenário da cultura mundial. Poderemos, então, compreender como, anônimos e muitas vezes incompreendidos, eles preservaram e desenvolveram o nosso patrimônio cultural, pois somente uma coisa dignifica e eterniza uma nacionalidade: a Inteligência.

POR QUE NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS

FREI CANECA EXEMPLO DE PATRIOTA

Estão se completando este mês, 150 anos de um dos episódios mais importantes da história social do Brasil: a Confederação do Equador. O sesquicentenário decorre em relativo silêncio, embora várias instituições, como a Academia Pernambucana de Letras, estejam organizando programas para que seja condignamente lembrado.

A Confederação do Equador, em Pernambuco, foi um dos movimentos mais altos de quantos ocorreram em nosso País, visando a instalação de uma verdadeira democracia entre nós. Patriotas de diversos matizes, todos, porém, imbuídos do mais autêntico espírito patriótico dela participaram, no momento em que acharam inadequado à nossa realidade político-social e à índole do nosso povo a Constituição outorgada por Pedro I.

Como todos sabem, os patriotas pernambucanos em 1824, ao serem informados de que o Imperador dissolvera a Constituinte e outorgara uma carta constitucional à nação, não se conformaram com o ato discricionário, pegaram em armas e elegeram Manuel de Carvalho Pais chefe do executivo da província. O novo governador, no dia 2 de julho de 1824 proclamou a Confederação do Equador. Os seus chefes adotaram provisoriamente, enquanto se convocava uma constituinte, a Constituição da Colômbia. Infelizmente, porém, não houve tempo sequer para a reunião da nova Constituinte. Sufocada a ferro e fogo pela repressão imperial, muitos dos seus componentes desterraram-se, indo combater ao lado de Bolívar ou participar de outros movimentos em países da América do Sul.

Frei Caneca

Vale destacar no episódio, o papel de um padre que representou, pela sua atuação e comportamento perante a morte, os mais radicais anseios daqueles que, por este ou aquele motivo, se integraram no movimento de 1824. Frei Caneca, ou melhor, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, poeta e orador, político, jornalista e patriota tornou-se uma figura de relevo pela clara visão do que seria necessário para o novo País se democratizar, sendo, entre nós, um dos pensadores políticos mais avançados da época. Segundo Silvio Romero era "a mais nítida encarnação do espírito revolucionário do começo do século XIX no Brasil".

Tendo sido implicado no movimento revolucionário de 1817 e condenado por haver dele participado Frei Caneca — apesar de ter se desiludido com os seus companheiros desse período — está novamente em 1824 na primeira fila dos insurgentes, de cabeça erçada e voz flamejante. Não aceita a Constituição outorgada pelo primeiro Imperador.

Fundou o jornal *Tifis Pernambucano* no qual expôs as suas idéias. Ainda segundo Silvio Romero "a nota predominante do seu temperamento moral era o patriotismo".

Por isto mesmo, ao analisar a Constituição outorgada crítica-a dentro de critérios teóricos liberais avançados para o seu tempo. E conclui esclarecendo porque não jurava o projeto imperial: "É por todas essas razões, que eu sou de voto, que se não se adote e muito menos se jure o projeto de que se trata, por ser inteiramente mau, pois não garante a independência do Brasil, ameaça a sua integridade, oprime a liberdade dos povos, ataca a soberania da nação e nos arrasta ao maior dos crimes contra a divindade, qual o perjúrio, e nos é apresentado da maneira mais coativa e tirânica".

Intellectual eminente, prosista e poeta, escreveu trabalhos que bem refletem a sua posição de ardoroso defensor das causas patrióticas. De 1817 a 1821 ficou preso na Bahia. Libertado, voltou imediatamente a Pernambuco onde continuou a sua pregação política. Os suplícios e torturas durante os anos de cárcere não o intimidaram. Pelo contrário. Frei Caneca volta com mais ardor do que nunca. Escreve querendo mostrar como havia necessidade de se defender, de qualquer maneira, as prerrogativas democráticas que ele achava justas: "Quando a pátria está em perigo, todo cidadão é soldado, todos se devem adestrar nas armas para rebater o inimigo agressor. Não é bastantão que na ocasião do aperto maior saiam de suas casas com algumas pistolas ou facas, ou outras quaisquer armas, sem disciplina, sem ordem e sem chefe hábil nos negócios da guerra; tal estado só



pode causar confusão e desordem. O tempo é de atropelo, devem vocês atropelar também a economia de suas ações?"

Preso, após o fracasso da Confederação do Equador, é finalmente condenado à morte. Dizia, então nas suas poesias:

*"Entre Marília e a pátria
Coloquei meu coração
A pátria roubou-mo todo
Marília que chore em vão.*

*Quem passa a vida que eu passo
Não deve a morte temer;
Com a morte não se assusta
Quem está sempre a morrer.*

*Da medonha catadura
Da morte feia e cruel,
Do rosto só muda a cor
Da pátria ao filho infiel.*

*Tem fim a vida daquele
Que a pátria não soube amar;
A vida do patriota
Não pode o tempo acabar.*

*O servil acaba inglório
Da existência a curta idade,
Mas não morre o liberal,
Vive toda a eternidade".*

Estes versos não foram escritos pelo frade rebelde como simples exercício literário ou ato de inspiração poética. Não, foram elaborados poucas horas antes de ser executado.

No dia 12 de janeiro de 1825, Frei Caneca aguarda no oratório a hora da execução. Está completamente tranquilo. Elementos do clero mobilizam-se a fim de salvá-lo. O Cabido, acompanhado de frades vai à presença do Imperador pedir que fosse comutada a pena. Mas Pedro I estava irredutível. Não permite que eles entrem no Paço e ainda os ameaça de cumplicidade. Saem cabisbaixos; não há mais esperanças. O destino de Frei Caneca está decidido.

Mas, quando descem ao calabouço a fim de prepará-lo para a morte ficam surpresos. Frei Caneca não precisava de quem o consolasse ou preparasse para morrer. Pelo contrário. Estava tranquilamente procurando doutrinar para as suas idéias liberais o oficial que lhe montava guarda. No oratório, aliás, onde o colocaram para passar os três últimos dias de vida, não fazia outra coisa além de discursos e escrever.

Tenta ainda nesse período (da prisão) reformar tudo, até a ortografia, batendo-se contra o uso das consoantes geminadas. Aliás, o padre, quando esteve preso na Bahia, já havia escrito uma Gramática Portuguesa até hoje tida como modelar.

Aproxima-se, no entanto, o dia, a hora da execução. Nesse momento dramático deverá ter pensado naqueles que com ele aceitaram o mesmo ideal, mas que, no momento azoado da derrota, preferiram passar-se para o outro lado, deixando o padre sozinho com a sua consciência. Os enforcamentos, naquele tempo, eram pretexto de festa. Mas Frei Caneca desejava sereno e tranquilamente da sua cela de condenado à morte e encaminha-se para a Igreja do Terço, em cujo adro ergue-se um altar enfeitado. No local, além de soldados com os seus uniformes de gala encontram-se alguns padres que compareceram ao ato. Estão

presentes também oficiais de justiça, autoridades outras e a figura sinistra do carrasco.

O alto clero, para mostrar que não concorda com a atitude do frade rebelde, inicia a cerimônia da sua degradação canônica. Somente ele está altivo, enquanto curvados de vergonha os dois padres o degradam, de missal em punho, murmurando alguma coisa que ninguém ouve ou quer ouvir. Jogam-lhe água benta. Tiram-lhe a casula de frade. Lêm o missário. Borrifam-no, de novo, de água benta. Tiram-lhe a estola. Está pronta para morrer perante as leis do seu tempo. Segue, depois, em direção do Largo das Cinco Pontas. Vai pelas ruas despidido de todos os hábitos eclesiásticos, apenas de calças amarelas e uma camisa humilde.

Finalmente, chega ao lugar da forca. Mas, o preso escolhido para enforcá-lo recusa-se a praticar o ato ignominioso. É espancado barbaramente, mas persiste na sua negativa. As autoridades, no entanto, tinham de consumir a injustiça a qualquer preço. Chamam alguns negros condenados. Mas, igualmente esses se recusam a servir de executores do frade. Alguns foram inclusive arrastados violentamente até o pé da forca para executarem a sentença. Tudo em vão. O magistrado, responsável pela execução fica nervoso, procura uma solução. Os militares que estão presentes aceitam a sugestão do Juiz e o mais graduado entre eles resolve determinar o fuzilamento de Frei Caneca.

O condenado está tranquilo ao descer do patíbulo para o local do espingardeamento. Ensina mesmo como deve ser amarrado para ser fuzilado. Os soldados se postam em fila para a execução.

Frei Caneca, no momento extremo deseja falar ao povo que acorrera ao local para assistir aos seus últimos momentos. No entanto, um frade que se encontrava ao seu lado, não consente. Ele, que sempre vivera como um tribuno, usando a palavra como arma de mobilização do povo, tem de calar-se. Resta-lhe, agora, esperar o ato final. Na primeira descarga caiu morto.

Os soldados que o fuzilaram, ao vélo cair, soltam gritos de entusiasmo, dão vivas ao imperador Pedro I e à Constituição outorgada, contra a qual Frei Caneca e os patriotas pernambucanos se revoltaram, exigindo que se desse ao Brasil um documento magno, de acordo com as tradições, aspirações e tendências do nosso povo.

Frei Caneca tinha 51 anos ao cair varado pelas balas do pelotão de fuzilamento. De origem humilde, conservava com orgulho o sobrenome Caneca que fora acrescido por ele, a fim de enfatizar a sua origem humilde, pois era filho de um tanoeiro.

Sesquicentenário

No próximo ano, no mês de janeiro, estaremos comemorando o sesquicentenário da morte de Frei Caneca. Homem que se antecipou ao seu tempo, desejando para o Brasil as grandes conquistas liberais e democráticas do seu século, deve ser cultuado com orgulho por todos aqueles que sentem a necessidade de se reverenciar os heróis que, com o seu sangue, a sua inteligência, o seu sacrifício e o seu exemplo legaram às atuais gerações um Brasil emancipado.

O homem que desejava que os últimos entraves da economia colonial fossem postos de lado pela ação consciente dos brasileiros, que propugnou por uma nação soberana, forte e independente, deixou com o seu exemplo, para todos nós, o legado do seu heroísmo, especialmente para a intelectualidade brasileira que tem, pela frente, um grande caminho a percorrer e uma grande missão a cumprir. Que o sesquicentenário de Frei Caneca, a ser comemorado em janeiro do próximo ano, possa demonstrar que os nossos homens de inteligência ainda vêm no seu sacrifício um exemplo dos mais altos e um modelo dos mais dignificantes.

Que as comemorações sejam dignas do seu legado.

Mister Jackal incógnito no Brasil

Sabemos que é corriqueiro, na vida de um jornalista, enfrentar situações misteriosas. Assim, sem nos preocuparmos muito com o enigma daquele convite - pois logo o decifraríamos - comparecemos, na hora exata, ao lugar marcado para o encontro. No canto mais discreto da modesta sala de refeições, deparamos com uma figura conhecida. Corremos para a sua mesa e, cordialmente, exclamamos:

- Mister Jackal!

O nosso gorducho amigo não se levantou para receber o nosso abraço e, como não tivesse gostado de ser reconhecido, corrigiu-nos:

- Pigeon. Pigeon é, agora, o meu nome. Sentamos-nos e, um pouco ressentidos com a fria recepção, indagamos:

- Que houve Mister... Mister Pigeon? Anda fugindo da Interpol?

- Nada disso. No decorrer da nossa conversa, sberá de tudo.

- De qualquer forma, vejo que baixou o nível da sua vida. Está comendo mais barato e, com toda certeza, se hospeda num hotel de terceira categoria.

- É fato. Mas suas deduções são falsas.

Veio o garção, pedimos os pratos e, como o nosso enxudoso companheiro se mantinha calado como um côco, colocando-nos numa situação constrangedora, tomamos a iniciativa de iniciar o papo:

- O senhor é um simbolista.

- Por que?

- Esse seu novo nome significará que virou pombinha sem fel?

- O meu amigo é um cerebralista.

- Bem. Devo traduzir o seu novo nome para Pombo ou para Pomba? Em português, designam a mesma ave. A diferença está no sexo.

- Meu amigo, não sei conversar com fome. Enquanto não como sou um boçal irritado. Dizem os médicos que é uma questão de dosagem do açúcar no organismo.

- Depois, quando começa a comer, só dá trabalho às mandíbulas, sem dar sinal de que têm um cérebro.

A telefonista de um hotel nos comunicou que Mister Peter Pigeon se sentiria muito honrado se aceitássemos o seu convite para almoçar, naquele mesmo dia. Deu a hora do encontro e o endereço de um restaurante popular na Avenida São João. Dissemos que não conhecíamos nenhuma pessoa com tal nome e que, assim, gostaríamos que da mesma nos fossem fornecidos alguns sinais pelos quais a pudéssemos identificar. Mas a voz feminina na outra ponta do fio, demonstrando que havia sido preparada para responder à nossa pergunta, nos afirmou que não era preciso. E acrescentou:

- Mister Pigeon disse que o senhor o conhece muito bem.

- Corta essa, Mister. De graça, não fariamos. Por muito dinheiro também não. Por que não apela para a grande imprensa?

- Já o tentamos, mas sem dos resultados que deveríamos obter. O *Jornal do Brasil* se passou para os árabes, que são as almas danadas que forjaram a crise mundial. Disseram-me até que foram despedidos do conceituado órgão todos os redatores, correspondentes e funcionários de origem judia.



- Tems tempo de sobra para esperar que a minha mente se reative.

- Eu não tenho tanto assim. Ou não sabe que trabalho? E hoje é uma jornada dura. É dia de rodar o jornal.

Depois de jornal, o dilúvio

O garção trouxe os pratos. Mister Jackal-Pigeon devorou um grosso bife a alho e óleo, mastigou e deglutiu uma terrina de agriões. Repetiu a dose e o seu rosto perdeu os traços rígidos. Começou, então, a falar:

- Estou no Brasil incógnito. Para que ninguém me localize, mudo de hotel de dois em dois dias. E sempre me hospedo nos estabelecimentos de terceira classe, onde *I'm not supposed to be*. Frequento, também, os restaurantes de baixa categoria, bem afastado dos ambientes onde alguém poderá reconhecer-me. Nunca me rebaixei tanto em matéria de conforto, nem mesmo nos meus tempos de office-boy.

- É sacrifício demais. Para que e por que?

- A situação mundial é muito crítica. Na Europa, governos, banqueiros, industriais e dirigentes políticos estão temendo que o mundo volte aos dias aziagos de 1929. Só os jornalistas e escritores alarmistas estão navegando em mar de rosas. E o povo, que é masoquista, os lê avidamente. As poupanças estão sendo imobilizadas em compras de ouro e de bens de raiz. As diretorias das multinacionais estão em reunião permanente, assessoradas por batalhões de técnicos que incluem, além dos economistas e financistas, sociólogos, historiadores, psicólogos e até cientistas espaciais.

- Quer dizer que o mundo capitalista superindustrializado está esperando o Apocalipse?

- Não espera. Previne-se se esforça para fazer

- Após moi, le deluge.

1 - Não digo isso. Mas estão sendo usadas todas as armas para, pelo menos, adiar o cata-



clismo. O certo é que ninguém se preocupa mais com a escolha de meios ou de princípios. Há mesmo experts a serviço de instituições ultracorporativas que estão estudando saídas à luz da teoria marxista sobre as crises.

- Mas, que tem o Brasil com essas saídas, para que o senhor venha aqui como uma espécie de espião? Se há uma crise no mundo e não se encontrando o nosso País no lado invisível da Lua, não vemos como possamos servir de tábua de salvação, se é isso que está procurando.

- De uma certa forma, é. Acontece, apenas, que as coisas não podem ser postas simplistamente, nos termos do seu jacobinismo fora de moda.



Os ultrapassados

Mister Jackal-Pigeon terminou de engolir o seu segundo bife e a sua segunda terrina de

agriões. Vimos que se tornou mais jovial e, nesse estado de espírito - que precede o seu religioso momento de giboar - se torna mais acessível às indagações e menos sensível às alfinetadas. Aproveitando o seu momento de euforia gastronômica, demos-lhe a primeira estocada:

- É muito estranho que venha ao Brasil disfarçado, até no nome. Por que não procurou utilizar-se dos que, aqui, trabalham para a sua organização? Afinal de contas, como experts herodianos, são muito competentes. Por que não entrou em contato com eles? Não teria, pelo menos, de correr uma coxia de hotéis baratos. Garanto que ganharia até banquete e não chegaria para as encomendas das dondocas do *Café Society*, que disputariam a unhadada sua presença nas respectivas reuniões.

- Os nossos assessores brasileiros estão ultrapassados. São vicários de um sistema que tende a ser reinventado.

- Que isso, Mister? Andou lendo Veblen?

- Fui obrigado a ler, pois estamos apelando até para as teorias desse *dehunkista* da sociedade norte-americana. Nunca fui submetido a tão intenso e complexo aprendizado. Como ia lhe dizendo, os nossos homens no Brasil são instrumentos de uma época e, pelos relatórios que nos têm enviado, demonstram que ainda não sabem que já desencarnaram, como os espíritos dos acidentados.

- Não acredito que encontre quem os substitua, por serem mais capazes de reinventar. Ninguém no Brasil, fora do grupo de tecnocratas colaboracionistas, concordará em prestar serviço às multinacionais, nem mesmo para adaptá-las aos nossos planos nacionalistas de desenvolvimento.

- Foi para pedir a sua ajuda que o convidei para almoçar.



- E O Estado de S. Paulo?

- Este está obcecado. Respondeu às nossas sugestões pondo toda a culpa da crise no namoro entre Nixon e Brejnev. Propôs que fizéssemos uma campanha mundial contra a *detente*, aproveitando a pena daquele escritor soviético que, hoje, vive em exílio na Suíça e dando o máximo de divulgação aos manifestos de contestadores como aquele cientista espacial. Quer mesmo que voltemos a insistir na história de que os russos comem as crianças, só que os devorados serão agora os filhos dos judeus que não conseguem emigrar.

- Mas, outro dia, o *Estadão* publicou um editorial pedindo, em nome de uma política realista, que convidássemos capitais estrangeiros para nos ajudar a achar petróleo.

- Mas o fez nos velhos termos, quando o nosso problema é o de inventar um novo sistema sem nos afastarmos do quadro básico da economia capitalista.

- Quer dizer que é um novo capitalismo, com Keynes enterrado, que se pretende criar?

- Isso mesmo.

- E como entra o Brasil nesses novos esquemas?

- Ainda não há esquemas. A coisa ainda está sendo estudada. Mas o Brasil tem mais de dois terços do seu território vazios. Nesse espaço vago podem ser feitas todas as experiências, pois não se precisará de demolir primeiro para construir, depois, novas estruturas.

- Pelo que vejo, também andou lendo Toynbee.

- Passei os olhos numa condensação de uma das suas grandes obras.

- Mister Jackal ou Pigeon, o que quer é que cedamos o Brasil para campo de provas das multinacionais.

- Não é isso, se pensa que queremos agir no velho estilo do imperialismo geográfico. Mas o é, se o amigo lembrar-se de que estamos nos batentes do século XXI, quando o mundo caminhará forçosamente para uma sociedade de vastas confederações.

- Está pensando a prazas muito longos, mister, acossado por problemas que exigem soluções imediatas. No imediatismo das multinacionais é que está o perigo para nós.

- Quero que saiba de uma coisa, meu amigo.

- Diga.

- Segundo as conclusões dos grandes estudos que estamos utilizando, o Brasil é o grande laboratório de uma nova e mais avançada civilização. Estamos voltando os nossos olhos para cá porque achamos que, para vencer uma crise que poderá esfacelar o planeta inteiro, temos de começar a ajudar a história.

- Assim, em nome de uma longínqua felicidade de toda a humanidade, deveremos transformar o Brasil, já de agora, numa Casa da Mãe Joana para os que estão sendo devorados pela crise que eles próprios criaram. Nós mesmos faremos esse trabalho, mister. O Milênio que espere.

- O amigo é mais teimoso do que clarividente.

Mister Jackal-Pigeon começava a mergulhar no torpor digestivo. Levantamo-nos e nos despedimos.

Um fenômeno popular que a lei transforma em instrumento da economia

O processo industrial brasileiro não se originou em virtude de uma tensão que — gerada pelo aumento da capacidade aquisitiva da população — tivesse criado necessidades gerais que não poderiam ser satisfeitas dentro dos quadros de uma estagnada economia de exportação.

O fato, mesmo, é que a indústria nacional foi levantada, quase exclusivamente, por forças de medidas políticas que vinham sendo adotadas desde o Império, mas que só encontrariam uma conjuntura favorável quando — como consequência da segunda grande guerra — viesse a desmantelar-se a estrutura do comércio mundial. Só naquela ocasião é que foi assegurado às atividades manufatureiras o seu mercado de impulso: a clientela doméstica de artigos até então adquiridos no exterior. Substituiu-se, dessa forma, o importador pelo fabricante.

Por essa época, por efeito das leis sociais da era getulista, a grande massa começou a emergir das profundezas de um sistema elementar de produção que, no entanto, praticamente não subira de grau. Aliviado o peso morto da mão-de-obra aviltada, dilatou-se o horizonte dos desejos essenciais, formaram-se hábitos de consumo até então nem sonhados e se criaram novas necessidades coletivas de progresso. Mas ainda estaria longe o dia em que o desenvolvimento econômico pudesse basear-se no aumento acelerado da demanda.

Quando se saturou o seu mercado das primeiras horas — constituído pelas faixas intermediárias da sociedade — o esforço fabril começou a perder o ímpeto. O

problema se colocou então, como de **democratização do consumo**. Surgiram, daí, os crediários que não só levaram o refrigerador para o morro, como também — em virtude de haver promovido o acesso da grande massa a uma série de bens até então inalcançáveis — criaram as condições para a expansão da produção.

Sem hábito de poupança — e, mesmo, não adiantando poupar sob um processo inflacionário galopante — o grosso do povo jamais subiria de nível, em matéria de conforto, se a aquisição das coisas não lhe fosse facilitada. As compras, com pagamento parcelado, representaram não propriamente uma antecipação de consumo e, sim, de renda. De outra parte, o sistema de produção — podendo planejar a oferta com base num mercado de grande rotatividade em espiral — alcançou a plataforma para novos impulsos.

A aceleração do processo industrial, na década de 50, criou situações inflacionárias que se tornavam mais agudas a cada dia que passava e, em consequência, entrou num plano inclinado o poder de compra dos salários e dos rendimentos fixos. Só pequenos grupos, sempre mais restritos, podiam comprar à vista. A comercialização, que já havia passado da fase do **armazem do interior** — que vendia tudo — para a das lojas especializadas, voltou a ser feita em estabelecimentos de vários departamentos, que oferecem as mais diversas mercadorias.

Essa mudança de estrutura resultou, de um certo modo, da implantação do sistema de vendas a prazo, pois — ampliando-

se a capacidade aquisitiva em consequência da antecipação da renda — impunha-se a concentração da demanda. Seria o pandemônio, se cada cliente — procurando adquirir diversos bens — tivesse de **abrir conta** em cada loja especializada. Partiu-se, assim, para a racionalização dos serviços e, obviamente, para a diminuição dos custos administrativos, além de que — na sua ronda de comparação de preços — o freguês não tem de percorrer ruas inteiras desperdiçando tempo que também é dinheiro.

A nossa crise, que é de crescimento, duraria enquanto o País crescesse. E seria muito pior parar a economia para deter a onda de dificuldades na crista da qual uma sociedade se expande. Quando atingiu os últimos limites a capacidade de dever do grosso dos consumidores — com o sistema de produção ameaçado de ficar marcando passo — surgiram os prêmios para os compradores. Até o Estado da Guanabara e — por uns tempos — o de São Paulo, apelaram para a sedução da sorte, com sorteios de talões de venda, a fim de impedir a sonegação e, conseqüentemente, aumentar a renda pública.

Naturalmente, na fase ainda da **fronteira**, os abusos foram de toda ordem, até que o governo — reconhecendo que se havia aberto uma nova área de consumo — regulamentou o funcionamento do sistema. O próprio público se encarregou de peneirar as organizações, somente ficando em operação as idôneas e facilmente fiscalizáveis. Surgiram, então, novos planos de premiação, entre os quais se destaca o dos chamados **carnés**: vendas a prazo com antecipação de preço e com direito a sorteio.

O sistema caiu no godo do povo, principalmente porque atendia — com um mínimo — às aspirações máximas. Ir contra esse estado-de-espírito coletivo seria o mesmo que acabar com o futebol. Depois, o carnê se tornou num instrumento da própria economia, pela movimentação que deu ao mercado de consumo. Uma série de indústrias — principalmente as pequenas e médias — entraria em colapso se perdesse esse desaguadouro. O problema se reduziu ao de aperfeiçoar e moralizar o que se havia tornado numa base de sustentação de muitos setores de produção.

Veio, então, a lei que protege o portador de carnês, acautela os interesses do erário público e, principalmente, cria condições para que as organizações do ramo ganhem idoneidade. O importante, agora, é que a vigilância das autoridades seja permanente — o que deve ser, também, do interesse das empresas já conceituadas, pois uma brecha na legislação pode dar às ovelhas más oportunidade para botar a perder todo o rebanho.

A VOLTA AO MUNDO EM 7 DIAS

“O Grande Namôro”

A recente viagem de Nixon a Moscou foi precedida de um impressionante numero de homens de negócios norte-americanos. Brejnev precisava deles para tirar seu imenso país do subdesenvolvimento no campo agrícola e no das indústrias de consumo. Já em 1973, os Estados Unidos se haviam tornado no segundo fornecedor da União Soviética, vendendo principalmente gêneros alimentícios, eletrodomésticos e equipamento para a fabricação de automóveis.

Preunciando-se medíocres as colheitas soviéticas do ano corrente, Moscou deverá importar substanciais quantidades de produtos agrícolas, e só os Estados Unidos estão em condições de atendê-la. Nesse domínio, os russos são tributários do seu inimigo ideológico e Washington - por sua vez - terá de arranjar uma porta de escoamento para os seus imensos excedentes, notadamente depois do término da guerra no sudeste asiático.

Assim, cada ano, a URSS terá de dispendir centenas de milhões de dólares em produtos agrícolas nos Estados Unidos, até que numerosos especialistas - cedidos por Tio Sam - terminem a tarefa de dotar a economia rural soviética de uma produtividade à americana. Isso, ao mesmo

tempo, em que grandes contratos industriais vão sendo concluídos. Entre estes, destaca-se o celebrado para a construção de quatro usinas de amoníaco, nas quais serão investidos 200 milhões de dólares.

Há um ano, as empresas norte-americanas El Paso e Occidental Petroleum assinaram, em Moscou, um acordo para a compra de dez bilhões de dólares de gás, por um prazo de vinte e cinco anos. A Texas Eastern, a Tenneco e a Brown & Root concluíram protocolo análogo. Mas as coisas ainda estão pendentes, pois o financiamento dos empreendimentos depende de ser aplicada à União Soviética a cláusula de nação mais favorecida, bem como da liberação de créditos por parte do Export and Import Bank. O problema, agora, é obter a ratificação do Congresso - que está um chove-não-molha há quase dois anos - interessado em saber, antes, quais são os preços dos comunistas. Se forem muito mais baixos do que os correntes no mercado interno dos Estados Unidos - como é o caso dos calçados brasileiros - os setores prejudicados pela concorrência desleal irão levantar uma dos diabos.

Num ano de eleições para a renovação do Parlamento, senadores e deputados não querem arriscar as suas cadeiras contrariando os interesses - tanto empresariais como sindicais - de largas faixas da economia do país.



NOVA YALTA

Mais de quatrocentos jornalistas e uma dezena de equipes de televisão acompanharam Nixon em sua recente viagem à União Soviética. Milhões de espectadores americanos viram, nas suas telas, as imagens transmitidas pelas estações de Moscou, nas quais o presidente dos Estados Unidos se dirigia a grandes audiências comunistas.

Para os norte-americanos, tratou-se de um simples show: o episódio publicitário de uma grande estratégia anti-Watergate. Para os europeus, no entanto - figurantes sem importância do circo de Nixon - os encontros de Moscou foram uma nova Conferência de Yalta... sem Churchill. O presidente dos Estados Unidos fez teatro, mas Kissinger quis fazer história. E à custa - acreditam os estadistas do Velho Mundo - das posições internacionais dos países aliados do continente.

O CALCANHAR DE AQUILES DA ESQUERDA FRANCESA

Para Jean-Denis Bredin, o que falta à esquerda francesa não são somente 0,8% dos votos: a pequena margem com que perdeu as últimas eleições para a Presidência da República. Nos próximos seis meses ou sete anos, poderão ser-lhe negados novamente entre 4 e 6% dos sufrágios. Lembra o articulista, a propósito, que Giscard d'Estaing fundou o seu reino com a idéia de seduzir as mais variadas correntes de opinião e que se valerá das dificuldades que o País atravessa para mostrar ao povo que consagrará sua energia e sua inteligência ao problema de eliminá-las.

O presidente da França, segundo Bredin, quer ser um soberano amável, competente, moderno. Do seu estilo, do seu tom seguro e confiante, da sua simplicidade distante ele tirará, certamente, grande proveito. Não vai deixar que se pense que governa mal ou que se recusa a aceitar a evolução dos acontecimentos, dos costumes e das idéias. A esquerda cometerá um grande erro se esperar que Valéry Giscard d'Estaing lhe facilite a tarefa de empolgar a maioria dos eleitores franceses. Acabou-se o conservadorismo teimoso e burro do tempo de Georges Pompidou. O que há mais a temer, agora, é uma direita inteligente, liberal, disposta a realizar os progressos necessários, decidida a jogar fora os anéis para poder salvar os dedos.

O que falta à esquerda - prossegue Jean-Denis Bredin, é ser essencialmente diferente da direita, não somente nos seus projetos, mas também na sua maneira de ser, de agir e de se exprimir como força de oposição. Não é por acaso, nem por efeito de uma lei inelutável, que os jovens não se dirigem em massa para as fileiras esquerdistas. É porque essas fileiras lhes parecem imprecisas, sem audácia, sem poder de convicção. Apresentam-se como sendo uma expressão da juventude do mundo e, no entanto, dão a impressão de estar sempre uniformizadas.

Por pouco que se sirva de palavras mais simples e se vista ao gosto do dia, a direita terá grandes chances de atrair as gerações novas, que se recusam a ser mistificadas, conclui Bredin.

NA CHINA VOLTAM OS CARTAZES

No último mês de junho, em Pequim, os estrangeiros que se dirigiam para a piscina do Clube Internacional ou para a Biblioteca Francesa - diplomatas, homens de negócios, turistas - tiveram a surpresa de verem reaparecer, pregados nos muros, os cartazes que a Revolução Cultural (1966-1969) tornou famosos.

A princípio, prudentemente, os passantes estranhos procuraram não tomar conhecimento dos ta-tsé-bao, lembrando-se principalmente de que as autoridades - ou mesmo qualquer cidadão - os interditará de ler ou fotografar as manifestações murais da opinião chinesa. Logo perceberam, porém, que ninguém se preocuparia - esta vez - de mantê-los à distância.

O fato é que os cartazes não reapareceram numa avenida central de Pequim para que os estrangeiros os pudessem ler e, sim, porque na referida via pública se encontra a sede do Comitê Revolucionário da capital. Há cinco anos, no auge da Revolução Cultural, era terminantemente proibido afixar ta-tsé-baos nas praças públicas. Os lugares indicados para pregá-los eram os muros das fábricas e das universidades.

A mudança de atitude das autoridades é bastante significativa. Sabe-se agora que, em 1966-69, os dirigentes procuravam circunscrever os protestos ao ambiente próprio dos reclamantes, a fim de acalmar um movimento que ameaçava fugir ao controle das autoridades. Hoje, os cartazes ganham as ruas e as praças públicas porque a campanha Pi Lin, pi Kong (Crítica Lin Piao, crítica Confúcio) não conseguiu adquirir impulso somente com o apoio da imprensa oficial.

No decorrer dos últimos quinze anos, na China, as campanhas de retificação se sucederam com uma regularidade incrível. Mudavam de nome, mas não de objetivo. Tratava-se de descobrir uma forma adequada de mobilização das massas para garantir um desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo social (mais igualitário) e econômico (mais eficiente). Ao centro de todos esses problemas, encontra-se evidentemente a questão das relações entre governantes e governados, tanto no conjunto do País como em cada unidade de produção.

Depois dos espasmos particularmente violentos da Revolução Cultural, a campanha Pi Lin, pi Kong propõe novamente os mesmos temas sob a forma inédita de luta contra os hábitos de obediência de uns - submissão aos ritos - e contra os abusos do poder e do elitismo dos que ocupam postos de comando.

NUAS & CRUAS · NUAS & CRUAS

A derrota na Alemanha foi a vitória do Brasil



Para um povo que durante quatro meses ouviu ininterruptamente — dia e noite — a mais bem organizada orquestra do mundo ensaiando **circuit-trainings**, fluxogramas, altas e baixas altitudes, planejamento científico, frangos ancestrais, organogramas milimétricos, psicologia das multidões, mentalizações matemáticas, subjetivismo esportivo, prospecção moral, glóbulos vermelhos, condicionamentos climáticos, complexos de sexo, ritmo de Copa, impulsões sensoriais, testes de Cooper, etc. etc. etc.; que ao vencer uma partida contra um time africano, organizou uma batalha campal com papel picado, confeti, serpentina, gasolina, buzina, atravancamento de ruas, e projéteis de batatas, talco, arroz, leite, farinha de trigo e maizena; que durante o campeonato mundial comprou televisores coloridos para assistir à vitória dos outros; que despendeu milhões de dólares para arreglar técnicos, cronistas esportivos, cientistas, paredros e cartolas; para um povo assim, tão entusiasmado, um resultado destes representa a maior conquista que se poderia almejar, porque com essa derrota teremos uma pausa para meditação, e tempo suficiente para imaginar o tamanho da catástrofe que desabaria sobre o País se Zagalo faturasse o "tetra".

Futebol, operários e carros

Os 750 mil veículos produzidos pela indústria automobilística no ano de 1973 — sendo cerca de 340 mil da Volkswagen — deverão ter um acréscimo de um carro por dia, depois que os operários foram liberados para acompanhar o desenrolar dos jogos da Copa do Mundo, em partidas de que o Brasil participou. Todas as indústrias automobilísticas mostraram sua "generosidade" e elevado espírito esportivo, ao dar aos operários permissão para acompanhar a tragédia da Seleção Brasileira em campos da Alemanha.

A SAAB-Scania, Volkswagen, Chrysler, Ford e General Motors montaram um esquema de recuperação da produção que permitirá um carro a mais por dia, como prêmio de consolação aos ardorosos torcedores de macacão. Isso significa — entre outras coisas — algumas horas a mais de trabalho em ritmo de horas extras. Na Scania, onde o expediente foi interrompido durante duas horas nos três jogos da Seleção Brasileira, a empresa teve um prejuízo de oito caminhões a menos. Por isso, os operários — satisfeitos com o 4º lugar de nosso selecionado canarinho — deverão produzir um caminhão a mais por dia, até 12 de julho do corrente ano.

A Volkswagen deixou de lançar nas ruas do Brasil 600 fuscas durante os jogos. Agora, após curtir um lastimável quarto lugar, a empresa já se recuperou desse atraso, torcendo para que os operários recomponham a linha ligeiramente desviada e per-

didada: na Volks, os operários já recuperaram a produção interrompida, trabalhando um pouco mais e elevando a moral da empresa, que ostenta uma invejável posição em suas linhas de produção em série.

Em outras indústrias as horas perdidas já foram recuperadas. Algumas, entretanto, estão mantendo esse **currículo** extra-produtivo, mas já sem a necessária vibração da vitória que não veio.

Os altos dirigentes dessas empresas solidarizaram-se com os operários na derrota de nossa Seleção. Não obstante, a matemática fria das linhas de produção desconhece esses desvanecimentos eufóricos da **torcida unificada de macacões**.



A COPA E O COPO



Mesmo sem ter o que comemorar, a torcida que assistiu aos jogos pela televisão festejava os gols que não conseguimos fazer, transferindo as honrarias para os adversários. Na base do vira-copos violento, jamais se consumiu tanta cachaça. Não ganhamos a Copa, mas nunca perderemos o copo, o que demonstra alguma indiferença por parte da torcida, que já sentia que a Seleção não chegaria ao cume da pirâmide.

Escolas de samba improvisadas recolheram-se à tristeza dos tamborins que não chegaram ao repique. Jovens enrolados em bandeiras brasileiras não precisaram enxugar as lágrimas com o "auriverde pendão da minha terra". Preferiram **afogar** as mágoas com cachaça mesmo, um produto genuinamente nacional e que serve, pelo menos, como derivativo do outro ópio, que é o futebol.

Um quarto lugar foi considerado **honroso**. Depois que o técnico Zagalo decretou que zero a zero é bom resultado, a matemática dos gols precisa ser radicalmente modificada. Mas ele, ao final de tudo, vencido pelo cansaço, admitiu a superioridade do futebol europeu, e isso quer dizer que a velha Europa curvada e abatida já não se dobra mais ante o Brasil.



A magra consolação de quem se condicionou a aceitar o último lugar na Copa do Mundo — após haver conseguido o tri-campeonato — já se tornou como ponto pacífico. A infeliz campanha da Seleção Brasileira — até há pouco dona do melhor futebol do mundo — prova que os europeus não somente assimilaram o futebol sulamericano, mas conseguiram dar-lhe uma estrutura de verdadeira guerrilha urbana: todos estão ao mesmo tempo em um mesmo lugar e ninguém está em lugar algum.

Em que pese a derrota amarga, vale destacar o esforço dos jogadores no sentido de resistirem a um massacre mais impiedoso, que só não ocorreu porque eles superaram os limites do tolerável, lutando desesperadamente para não sofrer humilhantes goleadas, o que teria feito desmoronar a falsa tese de que o futebol é especialidade do Brasil e de que "Deus é brasileiro". Além disso, como fenômeno de massa, ficou provado que esse esporte no Brasil foi amplamente promovido, com o sentido de estendê-lo como algo telúrico e lúdico, nascido da genialidade de improvisação do jogador brasileiro. Nem todas essas características foram suficientes para dar ao Brasil uma posição razoável no decorrer da Copa. Mas não há culpas nem culpados. Há tudo para se reaprender, principalmente o fato de não se fazer do futebol instrumento para endoidecer o povo.

NUAS & CRUAS · NUAS & CRUAS

A volta de Henriette Morineau

O texto esquecido de Shakespeare, *Coriolano*, foi intensamente revivido por Paulo Autran e Henriette Morineau. A peça em si já é uma excelente pedida para quem pretende estabelecer uma ponte dialético-realista com o teatro atual, que anda em busca de valores e afirmações mais próximas do homem da era cibernética. No caso, isso é de menor importância. O que vale destacar é o retorno de Henriette Morineau, após mais de três anos de ausência dos palcos.

A grande dama do teatro simplesmente fez desaparecer a figura também imponente e vibrante de Paulo Autran, interpretando o denso personagem shakespeariano. Paulo havia dito que a peça era da maior atualidade. Talvez nem todos o entenderam. Realmente, *Coriolano* não é somente um texto atual, mas representa uma categórica afirmação de que o teatro só pode ser considerado como tal desde que consiga transmitir, além do texto, a indispensável vibração das personagens. Mas isso já foi analisado por grandes críticos.

Henriette Morineau, ganhou todas as cenas, indiscutivelmente. Não é exagero chamá-la de grande dama do teatro. Ela realmente o é. Sua representação valorizou o que se tinha como "um texto esquecido de William Shakespeare". E a presença de um público adulto e maduro confirmou a regra segundo a qual o teatro não está em crise por falta de bons textos. Quando uma peça dessa envergadura tem à frente artistas de gabarito, o sucesso é certo.

A figura gigantesca de Caius Marcius, nobre que se opõe à baixa do preço do trigo para os "plebeus", é sugestiva demais para ser considerada "desgastada" nos dias atuais. A peça - ricamente valorizada por Morineau - é uma dessas inspirações não muito comuns em dramaturgos e teatrólogos.

Por outro lado, a volta de Henriette Morineau veio dar alento à classe teatral no Brasil, cujo encolhimento já preocupa.

A poluição, esse problema

Diria o Conselheiro Acácio que é fundamental para a vida humana, nas grandes cidades, a multiplicação das áreas verdes. No Brasil, porém, a especulação imobiliária é mais forte do que o próprio instinto de conservação das populações urbanas. Quando sobra um espaço, ninguém se preocupa em aproveitá-lo para construir um parque.

Na Praia do Pinto, situada no Leblon - no ainda Estado da Guanabara - existia uma favela, que foi removida. Na área desocupada pelos barracos, logo surgiu uma verdadeira selva de pedras. Em São Paulo, os edifícios se amontoam uns sobre os outros, sem nenhuma lei que obrigue a ser mantida entre eles a distância mínima que separa uma residência de outra. E se viu como Copacabana foi sufocada por uma muralha de cimento armado levantada rente ao mar.

Por sua vez, todo o litoral brasileiro - nas suas partes mais frequentadas - está poluído até o ponto de um simples banho de mar se constituir num perigo para a saúde. A baía da Guanabara já é, hoje, um mar morto. A sua doença começou a agravar-se em 1950, quando se estabeleceu o vazadouro de lixo da ponta do Caju. Depois, a industrialização às suas margens aumentou o despejo de detritos e elementos tóxicos no belo espelho d'água.

Em São Paulo, as praias de Santos e Itanhaém já se tornaram infrequêntáveis. A primeira, com uma extensão de mais de sete quilômetros, tem quatro poderosas fontes de poluição: a represa Billings, responsável pelo afluxo - por segundo - de 84 metros cúbicos de detritos; os

navios que demandam ou saem do grande porto, que lançam óleo, lixo e ingredientes químicos; os seis canais de drenagem dos antigos pântanos e a rede de esgotos.

Quanto ao que se respira nas grandes metrópoles, arregado de zinco chumbo, cobre e bário, é evidentemente mortífero. Antes que mate, provoca febre, náuseas, contrações no estômago, anemia, gastrite e diarreia. O maior contribuinte para a poluição atmosférica é a exaustão de gases dos veículos automotores. Acrescente-se a esse quadro a fuligem dos incineradores de lixo dos grandes edifícios.

Como se esse envenenamento não bastasse, o homem das grandes cidades ainda é atormentado pela poluição sonora provocada pelos seguintes barulhos: o dos aviões descendo ou subindo em aeroportos próximos, o industrial, o do tráfego de superfície e o das construções civis.

Da poluição, de todos os tipos, já tomou ciência o povo inteiro das áreas metropolitanas, bem como dos males que causa. Todas as autoridades estão preocupadas com o perigo a que está sujeito cada habitante de uma grande cidade. O que falta mesmo é agir, tanto no sentido de corrigir como de prevenir situações que já são do conhecimento geral.

Há quem lucre com atividades que poluem, principalmente se não é obrigado a despesas com a instalação de equipamentos filtradores de fumaça e dispositivos que tornem inócuos os resíduos que as fábricas lançam nos rios, nas lagoas, nas baías e no próprio mar. Será que os seus interesses se sobrepõem aos da saúde do povo?

São Francisco dos Campos

TURISMO

O turismo, acertadamente denominado "a indústria da paz", é, no mundo moderno, uma das maiores fontes de renda para os países que compreenderam a sua verdadeira importância; e o Brasil, que dispõe das melhores condições para se beneficiar com essa atividade, nobre e pacífica, entrou no caminho exato quando, em 1967, o governo da Revolução criou a Empresa Brasileira de Turismo - a EMBRATUR.

Embora por demais modesta - apenas 8% - a porcentagem que concede ao turismo, mediante incentivo fiscal que as pessoas jurídicas podem retirar das suas declarações do imposto de renda e destinar a EMBRATUR, mesmo assim já se notam os resultados benéficos da oportuna resolução, resultados que se concretizam através dos mais variados empreendimentos turísticos. Entre estes, queremos aqui ressaltar "São Francisco dos Campos", a estância climatológica pioneira do Brasil, fun-

dada em 1894, pelo Barão da Bocaina, na parte norte dos Campos do Jordão, a mais bela região do País, situada no alto da Serra da Mantiqueira, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e que agora está renascendo através da Companhia Territorial e de Turismo de São Francisco dos Campos do Jordão - TER-TUR, fundada em 1969, com esta finalidade, pelo Dr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, filho daquele titular, e que é o seu presidente.

A TER-TUR, com um capital autorizado de Cr\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil cruzeiros), dos quais mais de um terço já realizados, está ativando as obras da estância, que espera ver concluídas, em sua maior parte, até o próximo ano de 1974.

"São Francisco dos Campos", situada a 1.600 metros de altitude, goza do mesmo clima e natureza da grande estância de "Campos do Jordão", à qual está ligado por

ótima estrada. Dista 225 quilômetros de São Paulo e 271 do Rio de Janeiro, a maior parte do percurso é feita pela Rodovia Presidente Dutra, até a cidade de Lorena, onde se toma a Rodovia BR-459, pela qual, passando por Piquete, se percorrem 32 quilômetros, encontrando aí a estrada que leva a "São Francisco dos Campos", na extensão de apenas 14 quilômetros, sendo este o único trecho que não é asfaltado, mas que oferece perfeitas condições de tráfego. Em "São Francisco dos Campos" se encontra uma volumosa fonte de água radioativa, cuja análise acusou a apreciável porcentagem de 11 maches; é, em suma, um lugar fadado a grande futuro.

A TER-TUR tem sua sede em São Paulo, à rua São Bento, 545, 3ª sobreloja, conj. 11 e 12, e são seus diretores, além do presidente, o Dr. João da Cruz Vicente de Azevedo, como diretor administrativo, e Jacques Perroy, como diretor técnico.

INDICADOR PSICANALISTA

MANOEL DE LEMOS BARROS NETO

APROPESP 08/71
LGO. PAISSANDU, 72, 20ª, C. 2011

MANOEL MESSIAS BACCO

APROPESP 09/71
AVENIDA SÃO JOÃO, 324, 8ª, C. 802

MARISON O. ARAUJO

APROPESP 48/74
LGO. PAISSANDU, 72, 20ª, C. 2011

EUCÁRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

APROPESP 05/71
LGO. PAISSANDU, 72, 14ª, C. 1410

GUIOMAR MOSCA

APROPESP 06/71
LGO. PAISSANDU, 72, 14ª, C. 1410

**"SEU SUCESSO NA VIDA
TAMBÉM EXIGE EMOÇÕES
LIVRES E EQUILIBRADAS"**



Os interesses de uma política realista do petróleo

Os trustes internacionais nunca quiseram achar petróleo no Brasil. Chegaram, mesmo, a inventar lendas sobre a inexistência — no nosso território — de lençóis do combustível mineral. Ainda que lhes fizéssemos concessões de mão beijada, não furariam um único poço. Era uma questão política do napoleonismo industrial que incluía mesmo a obstaculização para a instalação de refinarias no País. Enquanto fôssemos totalmente dependentes do fornecimento até dos derivados do pus-da-terra, não teríamos jeito de escapar aos esquemas de dominação mundial, os quais — no longo prazo — previam a extra-territorialização da nossa economia. Eramos, assim, uma presa para o futuro. Nunca, portanto, nos deveriam ser dadas condições para criar dentes defensivos.

É muito estranho, portanto, que agora queiram os trustes nos ajudar a achar petróleo. Três são as hipóteses para explicar tão grande reviravolta.

Por que — como garante O Estado de S. Paulo — as empresas estrangeiras estão dispostas, agora, a nos ajudar a ACHAR petróleo? Por que não se importam, hoje, de arriscar os seus capitais na pesquisa de jazidas que — até ontem — diziam não existirem no Brasil? Se tinham concluído que não valia a pena sequer instalar uma refinaria no nosso País, como se compreende que — de uma hora para outra — se mostrem interessados a realizar duros esforços e gastar muito dinheiro em trabalhos de resultados incertos, como os da prospecção e lavra?

As respostas só podem ser dadas por hipótese. A primeira é a de que, agora, estão de dono do mapa da mina. Cópias aerofotogramétricas — nas quais estão assinalados os nossos lençóis petrolíferos — podem ter sido fornecidas, pois os satélites de investigação de Tio Sam estão cruzando os nossos céus a toda hora. E têm esses instrumentos um olho muito bom para localizar riquezas subterrâneas.

É nossa crença que O Estado de S. Paulo, apesar de suas nítidas posições herodianas, não sabe de todo o segredo, pois os trustes não são tão tolos assim para passá-lo inteiro a pessoas fora do inner circle. Mas, ou o liberalismo do velho jornal é cego, ou a sua direção é ingênua. Se as multinacionais petrolíferas querem nos ajudar a ACHAR os veios do combustível mineral — reclamando para elas, naturalmente, a parte do leão — então é porque já sabem onde botar o dedo. Irão diretamente aos lugares onde, no Brasil, se esconde o pus-da-terra.

A segunda hipótese — que não exclui a primeira — está relacionada com o fato de a PETROBRÁS

haver adquirido uma dimensão mundial incômoda para os trustes. Com contratos de extração em várias partes do mundo — principalmente no Oriente Médio — a companhia estatal brasileira está abrindo brechas no monopólio de um grupo de empresas que agem de acordo e que, portanto — no fundo — são uma só. Daí quererem — como comunica O Estado de S. Paulo — lançarem paraquedistas na retaguarda do nosso esforço para encontrar, dentro do nosso próprio território, as fontes do abastecimento de petróleo.

A terceira hipótese é a de que, estando o mundo ocidental em crise — com alguns países europeus ameaçados de bancarrota — volta o Brasil a representar um bom destino para os capitais fugitivos. Uma brecha aberta no nosso monopólio estatal do petróleo se tornaria na cabeça-de-ponte de uma invasão em massa das multinacionais que se dispuseram a forçar a barra, utilizando uma companheira a fazer-se de anjinho, oferecendo-se a nos ajudar a encontrar o que, com toda certeza, já sabe onde está.

O quase centenário jornal paulista lançou apenas um balão, ao advogar uma política realista do petróleo. São graves, certamente, as repercussões da crise mundial na nossa economia e, portanto, no próprio desenvolvimento da sociedade nacional. Mas não é nada realístico que, para enfrentarmos as consequências do desequilíbrio dos sistemas altamente industrializados, deixemos que nos envolva — aqui dentro — o processo desse desequilíbrio.

Se a questão é a de inventar um novo regime econômico — como sugerem estudiosos e Cassandras — nós já estamos inventando o nosso, desde a fundação de São Vicente.